

# FOLHA DE S.PAULO



## *COP 30 é momento de transformar promessas em justiça socioambiental*

Evento representa oportunidade histórica para cobrar compromissos de países ricos e colocar populações vulneráveis no centro do debate climático

12.out.2023 às 12h00

### Erika Bechara

Advogada, sócia do SBSA Advogados e professora de Direito Ambiental da PUC-SP

A [realização da COP30 em Belém](#) não é apenas um marco diplomático: é uma oportunidade histórica para traduzir compromissos internacionais em ações reais, efetivas e justas. O estágio avançado da crise climática global já não permite o adiamento das medidas de mitigação e adaptação.

E o que está em jogo, mais do que as metas de redução da emissão de gases de efeito estufa, é a própria dignidade das populações que mais sofrem com os efeitos do aquecimento global.

Em março de 2023, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) divulgou relatório de síntese que confirma: [o planeta já aqueceu 1,1°C em relação aos níveis pré-industriais](#) —elevação provocada, sem margem para dúvidas, pelas atividades humanas.

O ano de 2024 foi considerado o mais quente da história, atingindo 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Como consequência, o cenário mundial enfrentado em que a reversão das características das [mudanças climáticas](#) já não é mais possível.

Diante dessa realidade, restam duas estratégias: mitigação e adaptação. Mitigar significa [reduzir a quantidade de gases de efeito estufa](#) na atmosfera e, assim, evitar que as mudanças climáticas caminhem para níveis catastróficos.

Adaptar, por sua vez, é reconhecer que os impactos já estão em curso e buscar formas de proteger [ambientes e ecossistemas mais vulneráveis](#).

As causas da crise são conhecidas: queima de combustíveis fósseis para geração de energia, transporte e processos industriais, [desmatamento](#) e queimadas, além de emissão de metano pela agropecuária e pelas lixões a céu aberto e aterros sanitários.

As consequências, também. [Ondas de calor](#), secas prolongadas, cada vez mais intensas, aumento do nível do mar e perda de espécies da flora e da fauna.

Apesar de estar entre os maiores emissores do planeta, ocupando a sexta posição no ranking global, com 3,1% das emissões de gases de efeito estufa em 2023, [o Brasil afeta suas emissões em 12%](#) em relação ao ano anterior, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, do Observatório do Clima.

Um avanço importante, mas que precisa ser ampliado e sustentado com políticas públicas consistentes.

As metas brasileiras no [Acordo de Paris](#) estão expressas na Contribuição Nacional Determinada, que, em sua segunda versão, prevê a redução de 59% a 67% das emissões líquidas até 2035, tomando como base 2005.

Para atingir esse objetivo, o país precisa investir em peso numa transição para uma economia de baixo carbono. Também é fundamental avançar na implementação de [mercados de carbono](#), tanto os voluntários quanto os regulamentados, para cobrir emissões que não possam ser evitadas.

Mas esses instrumentos serão suficientes se não colocarmos no centro do debate o princípio da equidade. A Justiça climática exige que as decisões não apenas levem em conta a redução de emissões, mas também priorize o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas que tornam algumas [populações desproporcionalmente mais afetadas pelos desastres ambientais](#).

É nesse ponto que entra o financiamento climático. Desde o Acordo de Copenhague, de 2009, com reforço no Acordo de Paris, de 2015, os países desenvolvidos se comprometeram a destinar US\$ 100 bilhões anuais para apoiar aqueles no desenvolvimento na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Esse valor foi revisto na [COP29](#), em Baku (Azerbaijão), e elevado para US\$ 300 bilhões por ano até 2035. A expectativa agora para a COP30 é que esse valor aumente novamente.

### [Belém se prepara para receber COP30 em temperaturas extremas](#)

Mas, mais do que o volume de recursos, importa garantir sua eficácia, destino para quem mais precisa: territórios vulneráveis, comunidades tradicionais, periferias urbanas, [povos indígenas](#) e organizações da sociedade civil que atuam na linha de frente da proteção ambiental.

A justiça climática depende de escuta, investimento e reconhecimento da desigualdade histórica que estrutura nossas sociedades. A COP30 tem o potencial de ser o evento em que o Brasil não apenas cobra de países ricos os compromissos reforçados, mas também aponta o caminho para um futuro em que [a justiça ambiental](#) e a justiça social caminhem juntas.